

Centro de Referência da Assistência Social-CRAS: Uma proposta Libertadora ou Assistencialista?

Tereza Gláucia Rocha Matos e Maxmiria Holanda Batista

Universidade de Fortaleza –UNIFOR

Fortaleza-Ceará- Brasil

falecom_max@yahoo.com.br, terezamatos@unifor.br

A partir dos novos rumos trilhados pela assistência social no Brasil foi implementado o Sistema Único da Assistência Social-SUAS que passou a fazer parte das estratégias de seguridade social deste país ao lado da saúde e previdência social. O SUAS possui vários programas, dentre eles, o Centro de Referência da Assistência Social-CRAS que é uma unidade pública estatal direcionada às áreas de maior vulnerabilidade social e tem como objetivo fortalecer os vínculos familiares, comunitários, promovendo a inclusão das famílias e cidadãos nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade, diminuindo assim o risco social. O programa funciona a partir de um contrato realizado entre governo federal que é responsável pela criação das diretrizes e objetivos do projeto, governo estadual que é responsável pela articulação destas diretrizes com a prática e governo municipal que cuida da contratação de profissionais e disponibiliza recursos físicos e materiais para a realização das atividades. Em cada município atua uma equipe de psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e pessoal de apoio que devem trabalhar numa perspectiva interdisciplinar.

Dentro deste contexto, vimos relatar uma experiência ligada ao CRAS do município de Paracuru-Ceará-Brasil e a partir desta, propor uma reflexão sobre a convergência das propostas deste programa com os objetivos da psicologia da libertação, assim como as limitações percebidas na práxis. Relataremos nesta experiência, o contexto de uma unidade estatal inserida numa rede de relações de opressão permeadas por interesses políticos partidários, onde trabalhar visando a mobilização, participação e inclusão social a partir de uma proposta libertadora é um desafio constante, visto que durante anos se perpetua uma história assistencialista que reforça a ideologia de submissão e resignação tão presente no povo brasileiro. Analisaremos as possibilidades práticas de oferecer um serviço público direcionado ao desenvolvimento da cidadania, fomentando uma leitura crítica da realidade, possibilitando às pessoas o resgate da sua condição de sujeitos transformadores de suas realidades. Refletir sobre essas questões é uma forma de pensarmos se queremos que a Psicologia contribua para a libertação ou apenas para a manutenção do “status quo”.